**Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e nove de abril de dois mil e dezanove**

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, na vila de Vouzela, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

--- Período de Antes da Ordem do Dia ----------

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2018;----------

--- Período da Ordem do Dia ----------

--- 1 - Análise e discussão do ponto de situação sobre as ações de reconstrução na sequência dos Incêndios de Outubro de 2017, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ----------

--- 2 - Análise e discussão do processo de implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes públicos (PART), nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; --

--- 3 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro de 2018 e o dia 15 de abril de 2019, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ----------

--- 4 - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; ----------

--- 5 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;----------

--- 6 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 15 de novembro de 2018 e 5 de abril de 2019, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de dezembro de 2018, de acordo com a Informação de Serviço nº 188/2019, de 8 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21 de Fevereiro. ----------

--- Intervenção do Público ----------

--- Realizada a chamada às dezassete horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-

--- António Maria Oliveira de Matos;----------

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques; ----------

--- Jorge Manuel Mamede Soares;----------

--- José Gabriel Marques Pires; ----------

--- Luís Augusto Maia Rodrigues;----------

--- Márcio Ferreira dos Santos; ----------

--- Mário do Carmo Pereira; ----------

--- Virgílio da Cunha.----------

--- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, declarou aberta a Assembleia.----------

--- Período de Antes da Ordem do Dia----------

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2018.----------

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

--- O Senhor Presidente deu conhecimento à Assembleia do expediente recebido.----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:-----

--- Esta minha primeira intervenção tem como intenção dar-vos as boas vindas a esta que é a casa da democracia de Vouzela, é aqui que se realizam também as assembleias municipais, em que tenho a honra de presidir, pelo segundo mandato consecutivo, e por isso fazer minhas as palavras do Senhor Presidente da Câmara e reforçar essas boas vindas a Vouzela. ----------

--- A segunda nota é para vos dar conta que está a decorrer uma petição organizada pelos membros da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul e de Vouzela, que tem como objetivo a requalificação da EN16, que faz a ligação entre as termas de São Pedro do Sul e Vouzela. É uma petição que resultou da iniciativa do Senhor Manuel Silva, membro da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, que me questionou se Vouzela iria aderir e desde logo foi constituída uma comissão. ----------

--- É uma petição que não é contra o Governo, mas que exige ao Governo a requalificação da estrada, que tem um trajeto já com mais de cem anos e que nos obriga a todos, responsáveis políticos e partidários, a exigir que o próximo programa eleitoral dos partidos integre a concretização desta obra e que na próxima legislatura esta venha a ser realizada.----------

--- A petição está em texto no secretariado desta Comunidade Intermunicipal e convido-vos a assiná-la ou a subscrever a mesma online. ----------

--- É uma petição que nos deve unir a todos. ----------

--- Era apenas esta intervenção e desejar um bom trabalho."----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: --

--- "À semelhança do que fiz na última Assembleia Municipal, de Viseu, que ocorreu na sexta-feira passada, trago uma moção sobre o serviço oncológico no Hospital São Teotónio: ----------

--- O direito à saúde encontra-se/ consagrado na Constituição da República Portuguesa, não excluindo ninguém, independentemente da região onde se viva, sendo devidos os cuidados e assistência na prevenção e no tratamento de doença. ----------

--- O Serviço Nacional de Saúde, decorrente das condições conquistadas em 25 de abril de 1974, que o PS se orgulha de ter implementado, é a concretização desse direito constitucional. -------

--- A abrangência territorial com que o SNS procura estender a todo o País, designadamente ao interior, as mesmas condições de acesso para toda a população, levou a que se tenha previsto, há já alguns anos, que o Centro Hospitalar Tondela Viseu viesse a ser dotado de Serviço de Radioterapia, que com o decurso do tempo veio a evoluir para a possibilidade tendencial de ali ser construído um Centro Oncológico. ----------

--- É um relativamente velho anseio das gentes de Viseu e da região de influência do Centro Hospitalar Tondela Viseu, onde se inclui a área da CIM Viseu Dão Lafões, bem como dos respetivos responsáveis pela de saúde, lamentando-se que se continuem a encaminhar doentes para Coimbra, Vila Real ou Porto, a fim de aí realizarem tratamentos do foro oncológico, com notórios e significativos inconvenientes que as deslocações implicam, já por demais referidos em sessões desta Assembleia, noutros fóruns e na comunicação social. ----------

--- Diversas vicissitudes, conhecidas umas, outras não ou nem tanto, têm levado a que, Viseu, a região e as suas gentes, continuemos a aguardar a concretização das promessas feitas sobre esta matéria por diversos responsáveis de diversos governos. ----------

--- A decisão política, como se sabe, foi já tomada, ao nível governamental, através do Ministério competente, esperando-se que se passe a sua concretização. ----------

--- Assim, em nome do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista, apresento a seguinte moção para que a Assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, reunida em sessão ordinária em 29 de abril de 2019, delibere: ----------

--- 1. Instar a Sra. Ministra da Saúde a que, de forma a dissipar as dúvidas avolumadas acerca do equipamento para tratamentos oncológicos a instalar em Viseu, dê a conhecer o que concretamente se encontra previsto, em que fase se encontra o respetivo processo e quando se poderá contar com a sua entrada em funcionamento; ----------

--- 2. Solicitar à Sra. Ministra da Saúde que, tendo em vista a diminuição da ansiedade e do sofrimento de um grande número de utentes e dos seus familiares, desencadeie todos os

mecanismos e procedimentos necessários, para que o Centro Oncológico a instalar ou a construir no Hospital de São Teotónio, do Centro Hospitalar Tondela Viseu, o seja o mais urgentemente possível;----------

--- 3. Uma vez aprovada, seja dado conhecimento desta deliberação, além da Sra. Ministra da Saúde, ao Senhor Primeiro Ministro, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Administração Regional de Saúde do Centro, à ACES Dão Lafões e ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu." ----------

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Paula Santana, cuja intervenção se transcreve:-

--- "Sobre este assunto em específico temos na nossa identidade regional a hospitalidade, a simpatia, a boa disposição, o trabalho com afinco para alcançar sucesso e desenvolvimento para a nossa região, mas também temos a resignação e o fado e estas duas últimas características do nosso permitem-nos ter a paciência sobre as diversas demoras. Mas a paciência também tem limites e muito sinceramente chega de confusões, de mentiras e de omissões. ----------

--- Será que este nosso fado vai continuar a passar por sermos preteridos no acesso à saúde designadamente nas doenças oncológicas em específico? ----------

--- Será que vamos continuar a não usufruir de um centro oncológico na região e ter de continuar a nos deslocar diariamente para Coimbra, Porto, Vila Rela, honorando os nossos já baixos orçamentos familiares e o orçamento do Estado com deslocações e desgaste físico e/ou emocional no tratamento das doenças deste foro em específico? ----------

--- A história recente sobre este tema não nos deixa outra hipótese senão a conclusão de que vai mal a saúde na nossa região. Vai mal o investimento na saúde para proporcionar às nossas comunidades a melhor qualidade de vida que se deseja e o acesso a meios necessários e essenciais ao seu bem-estar. ----------

--- Basta! Estamos fartos de promessas, de fotografias, de anúncios, de utopias. ----------

--- Aos políticos, que somos nós, mais do que parecer sérios temos mesmo que o ser e temos de fazer e isso é simplesmente ser responsável. ----------

--- Mas tudo o que se tem dito e prometido, há mais de três anos a esta parte, sobre o centro oncológico em Viseu, tem sido e com o devido respeito, uma farsa. ----------

--- Afinal, considerando que o nosso Centro Hospitalar Tondela-Viseu é um hospital de referência para a nossa região e os últimos tempos são testemunho de que o mesmo é afeto de várias carências e vicissitudes diversas que muito têm prejudicado as populações no acesso ao seu serviço.----------

--- Ele foi a precaridade no recurso técnico, ele foi a falta de recursos humanos, condicionado não só pelas greves, mas também pela aplicação dos horários das trinta e cinco horas obrigatórias e a sua restruturação em termos de recursos humanos, ele é problema da situação da urgência, enfim perdemos a conta. ----------

--- Nós precisamos do centro oncológico em Viseu e o que acabo de dizer não é aleatório. Basta recordar que em dois mil e dezassete, o Senhor Secretário de Estado da Saúde, em Viseu com pompa e circunstância dizia que o concurso do centro estava lançado e estaria em funcionamento no início de dois mil e dezanove e também explicou tecnicamente as suas intenções do quão o mesmo custaria. Estamos em dois mil e dezanove e nada! ----------

--- Senhor Presidente da CIM, alguém nos anda a mentir. Também sabemos pelas palavras do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar que o projeto foi abandonado pelo Governo, até a placa desapareceu do local onde estava. Ora, é público Senhor Presidente da CIM que V. Ex.ª foi a Lisboa, em março, reunir com a Senhora Ministra da Saúde e com o Senhor Secretário de Estado com intuito de analisarem, aliás como o nosso anfitrião inicialmente referiu, em conjunto. Aliás também se soube pela comunicação social, desta problemática da requalificação da urgência e deste centro oncológico para o nosso centro hospitalar. ----------

--- Na comunicação social também há rumores que a Senhora Ministra terá dito que as alterações ao projeto não foram apresentadas atempadamente pelo Centro Hospitalar e que não havia financiamento.----------

--- Ora tais declarações e informações são contraditórias e gostaríamos de ouvir da sua parte o que é que de facto aconteceu, porque alguém mentiu aos doentes oncológicos da região, às nossas famílias, a todos os cidadãos em geral. Há ou não centro oncológico para Viseu? Que alterações são estas que agora se diz na comunicação social alegadas pela Senhora Ministra? Que financiamento lhe está definido? Há evolução do alargamento da Urgência? ----------

--- O tempo passa e nada é feito. ----------

--- Já agora, soube de alguma coisa sobre as listas de espera para as primeiras consultas? Até porque foi público que o Senhor Presidente do Conselho de Administração teceu declarações públicas onde falou das ruturas do serviço, das esperas longas em diversas especialidades, com graves problemas de funcionamento. Estamos a falar de factos ocorridos anteriormente à adaptação às trinta e cinco horas.----------

--- Teve ou não o Centro Hospitalar reforço financeiro para responder a estes problemas? Isto para não falar dos equipamentos. Que gestão pública afinal de está a fazer na nossa região? Estamos a falar de um centro hospitalar de referência, que serve toda a nossa região. ----------

--- Senhor Presidente soube ou não de mais alguma coisa? A saúde é ou não uma prioridade para quem nos governa? ----------

--- O investimento de qualquer legislatura não se pode concentrar apenas nos grandes centros, como Lisboa e Porto, todo o território exige e precisa de ser tratado de igual forma. ----------

--- Há muito que precisamos de um centro oncológico. ----------

--- Queremos a envolvência de todos nesta causa! ----------

--- Assim, face ao exposto e atendendo as todas questões e a todos estes considerandos que eu acabei de fazer, para dissipar dúvidas, obter respostas claras e concretas, sugerimos pronúncia sobra a matéria de tão elevado significado para a região e saúde das nossas populações e assim propõe-se que se delibere esta moção, associando-se não quanto aos considerandos mas quanto ao pedido final à moção que foi acabada de ser apresentada pelo Deputado Alberto Ascensão e para se notifique a Senhora Ministra da Saúde para esclarecer e informar sobre as seguintes questões: para quando o centro oncológico em Viseu? Qual o projeto preciso do Governo para o mesmo? O mesmo é para ser instalado ou construído e em que local? Qual o cronograma temporal para execução do mesmo? Qual o orçamento previsto? Para quando a sua abertura ao público? ----------

--- Requer-se que de uma vez por todas se iniciem os procedimentos e diligências necessárias para que o centro oncológico de Viseu seja uma realidade urgente e célere e também nos associamos ao segundo ponto da proposta de moção do membro anterior quanto ao envio da mesma deverá ser ao Senhor Primeiro Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ARS do Centro, ao Aces Dão Lafões e ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu". ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve:

--- "Cumprimento todos os presentes nesta Assembleia e agradeço a V/ presença aqui em Vouzela. ----------

--- Em relação à moção, Senhor Vice-Presidente, segundo bem ouvi a Senhora Ministra da Saúde sobre que equipamentos virão e mais à frente, para que ela responda diretamente se é para instalar um equipamento já existente ou para fazer de novo... ----------

--- Vamos ser francos e para poupar tempo, este assunto que muito me preocupa e o nosso Presidente tem, e bem, como importante a gestão do tempo dos trabalhos, discutir agora aqui uma moção destas ----------

--- Vamos ser diretos, como somos aqui nas nossas assembleias municipais. Mas haverá algum Centro ou decisão até ao términus do mandato? Isto é tempo perdido. Eu subscrevo a sua moção, mas francamente estou convicto que não vai dar em absolutamente nada. ----------

--- Portanto a bom dos nossos trabalhos, avançaríamos rapidamente."----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:--

--- Muito rapidamente, só para dizer que eu não percebi qual o alcance da intervenção do Senhor Deputado Vale de Andrade, porque há aqui duas moções que são mais ao menos a mesma coisa, porque uma diz que se atira para o caixote do lixo e outra nem diz, está mandar as duas para o caixote do lixo, Senhor Deputado?----------

--- Sim, subscreve, mas antes disso disse que estávamos a perder tempo. ----------

--- Quero deixar aqui também o meu apoio à moção da deputada Ana Paula Santana. ----------

--- Nós estamos aqui, não estamos a perder tempo nenhum, estamos a tratar da nossa região, da saúde das nossas gentes que nos preocupam e é por isso que estamos aqui. Isto não é perder tempo, é tentar que algo seja feito pela nossa região." ----------

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou as moções a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve:

--- "Deixar desde já um reconhecimento ao trabalho desenvolvido da CIM no âmbito da educação. Porque também me considero parte desse processo, temos sido pioneiros em muitos temas relacionados com a educação, temos demonstrado que não só elegemos a educação com paixão nas palavras, mas também nos atos com a prática que temos e de facto são vários os projetos que têm sido desenvolvidos desde a promoção do sucesso escolar, ao empreendedorismo, à rede de cursos profissionais, entre muitas outras medidas e iniciativas. -

--- Depois pedia ao Senhor Presidente que nos desse alguma informação sobre os efeitos na nossa região sobre duas iniciativas, sendo um deles o Programa Nacional de Coesão Territorial e saber efetivamente em que ponto se encontra, se existem neste momento medidas previstas para a nossa região. A outra tem a ver com a reprogramação dos fundos comunitários e em função da mesma quais são os efeitos concretos que nós podemos contar na área de intervenção da CIM. ----------

--- Relativamente à moção que aqui me trouxe, tem a ver com o Programa de Apoio à Redução Tarifária dos transportes públicos e pretendemos de certo modo mitigar as assimetrias entre a nossa região e as regiões das grandes áreas metropolitanas.----------

--- O Partido Social Democrata manifesta a sua preocupação com a aplicação do Programa de Apoio a Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), enquadrado pelo Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro. Valorizamos os pressupostos subjacentes a este programa, no entanto, queremos contribuir para que uma medida que pretende constituir-se como positiva não venha acentuar as assimetrias e as injustiças que já se registam no território nacional.------

--- Nessa medida e: ----------

--- Considerando que o PART só pode ser parcialmente aplicado em alguns concelhos, por estes não estarem dotados de uma rede de transportes públicos em toda a sua área geográfica;------

--- Considerando que uma boa parte dos concelhos do interior não tem oferta de qualquer rede de transportes diária e com horários minimamente ajustados à vida das pessoas, por força da conjugação da densidade populacional, com o relevo e com a extensão territorial, o que inviabiliza o usufruto dos benefícios do PART; ----------

--- Considerando, ainda, que a quase totalidade desses concelhos, desfavorecidos por razões de ordem financeira, cultural e social, juntam à falta de uma rede transportes públicos e à obrigatoriedade de circular em viatura própria uma rede viária limitada e, sobretudo, muito degradada; ----------

--- Em suma, para se evitar que o PART venha aumentar o fosso entre o nível de vida dos cidadãos do Interior e dos cidadãos do Litoral, o que, por consequência, também prejudica os efeitos do Programa Nacional para a Coesão Territorial; ----------

--- Para se evitar que os territórios do interior mais profundo, com mais baixa densidade populacional, que por norma são as populações mais carenciadas, sejam aqueles que apenas vão contribuir para o programa e que dele nada vão beneficiar; ----------

--- Propomos que o Estado, através da ação do governo, adote medidas concretas para compensar os territórios que não podem usufruir da totalidade dos benefícios do PART.---------

--- Pelo exposto, e entre o elenco de possíveis medidas, propomos a compensação aos referidos municípios por via da reprogramação dos fundos comunitários, assegurando o estado, através do próprio orçamento, a comparticipação pública nacional prevista nas respetivas candidaturas, em valor correspondente à proporção dos benefícios dos municípios que vão usufruir da plenitude do PART. ----------

--- Esta compensação não só contribuirá para a redução dos constrangimentos orçamentais de vários municípios, como permitirá criar uma margem financeira para desenvolver iniciativas alternativas ao PART, adaptadas a cada realidade, mas com objetivos semelhantes. ----------

--- Tendo este Programa, também, uma vertente de matriz social, com a concretização da intencionalidade e das propostas que estão na génese desta moção, estamos certos de que a defesa da equidade e da solidariedade territorial será consequente. ----------

--- Propomos, ainda, que desta moção, verificando-se a sua aprovação, seja dado conhecimento ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Finanças, ao Senhor Ministro da Economia, ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, aos Senhores Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República." ----------

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Cristiana Ferreira, cuja intervenção se transcreve: --

--- "Antes de começar a minha intervenção gostaria antes de mais informar a Mesa que a mesma contém uma proposta de recomendação ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, concretamente sobre a situação do Fundo de Solidariedade da União Europeia. ----------

--- Na sequência dos incêndios de 2017, o Governo solicitou junto da Comissão Europeia um pedido de assistência ou contribuição financeira, pedido esse enviado pelas autoridades portuguesas em julho de 2017 e atualizado em outubro e dezembro de 2017, devido a outros incêndios que entretanto deflagraram no país. ----------

--- O acionamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) resultou na atribuição de um apoio de 50,6 milhões de euros, com o desiderato de complementar os esforços do Estado português na cobertura de despesas públicas a realizar em operações essenciais de emergência e recuperação. ----------

--- A proposta apresentada em fevereiro de 2018 pela Comissão Europeia careceu de ser posteriormente aprovada pelo Parlamento Europeu, o que só viria a ocorrer em junho de 2018 e consubstanciou o último requisito legal necessário para a efetiva mobilização do Fundo que ficou, então, disponível de imediato.----------

--- O pacote total de assistência, no quadro do Fundo de Solidariedade proposto pelo executivo comunitário visa ajudar a cobrir os custos das medidas de emergência e contribuir para o restabelecimento de infraestruturas danificadas pelos incêndios. ----------

--- Como é evidente a resolução aprovada exigia e exige que os montantes sejam utilizados de forma transparente, assegurando uma distribuição equitativa por todas as regiões afetadas,

pelo que, impunha-se que o Governo revelasse os critérios que utilizou e de que forma iria investir os 50,6 milhões de euros concedidos. ----------

--- Tendo sido por várias vezes sublinhado por membros do Governo que a maioria dos recursos deste fundo iriam ser afetos "as autarquias, para reposição das infraestruturas municipais".----

--- Acontece, porém, que metade da verba ficou "retida" no Estado Central precisamente porque o Governo decidiu atribuir 26,5 milhões de euros, a candidaturas provenientes de instituições como a GNR, a Autoridade Nacional de Proteção Civil ou o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, entre outros.----------

--- Note-se que não colocamos em causa a atribuição de verbas a estas instituições por força dos incêndios de 2017, mas terá sido esse o melhor caminho político a seguir? ----------

--- Quando seria mais ou menos evidente que seria uma manta curta e que as autarquias que sofreram e sofrem as consequências da catástrofe são autarquias da zona centro, com questões inerentes da interioridade.----------

--- Perguntamos se porventura as zonas fustigadas tivessem sido na região de Lisboa e Porto se a decisão política do Governo fosse a mesma, ou seja, a de alocar ao Estado Central metade do valor do apoio. Parece-nos que não! ----------

--- Acresce que o Governo ficou ainda com a possibilidade de propor, na reprogramação do Portugal 2020, o reforço de fundos para fazer face a outros prejuízos nas áreas atingidas pelos incêndios e para reforçar a prevenção, para que as tragédias de 2017 não se repitam. ----------

--- Seria só uma questão de vontade política, atendendo a que ainda faltam executar cerca de 20 mil milhões de euros do Portugal2020.----------

--- Mas recentrado a questão e como já foi referido a materialização do fundo só ocorreu em junho de 2018, com a aprovação do Parlamento Europeu da mobilização de 50,6 milhões de euros.----------

--- E só a escassos dias, já em 2019, portanto, as autarquias afetadas tiveram à sua disposição os instrumentos de regulamentação financeira que irão permitir a execução das medidas. ------

--- Refira-se que o prazo de execução é 31 de outubro de 2019, o que nos parece escasso face à morosidade do processo.----------

--- A última vez que Portugal havia solicitado tal Fundo ocorreu aquando das cheias da Madeira pelo que se impunha desde logo uma maior agilização na implementação das medidas.----------

--- No domínio das infraestruturas municipais danificadas pelos incêndios os municípios afetados da Região Centro têm danos na ordem dos 22 milhões de euros, valor este, elegível, concluiu a CCDR.----------

--- Tendo havido necessidade de rateio pela escassez das verbas disponibilizadas. ----------

--- No Município de Tondela, por exemplo, dos 1,7 milhões de euros de danos todos elegíveis, 600 mil euros irão ficar sem financiamento.----------

--- Aqui chegados, será justo e equitativo que o próprio Estado tenha retido para Administração Central cerca de metade do valor do Fundo de Solidariedade da União Europeia? ----------

--- Porque houve tanto atraso na disponibilização dos instrumentos necessários às autarquias que deles carecem numa situação de emergência e socorro? ----------

--- Quais são os investimentos concretos que serão executados com cerca de metade do valor do FSUE, valor esse adjudicado a outras entidades que não sejam os municípios? ----------

--- Quem foi a entidade que controlou e decidiu pela elegibilidade das despesas, com que critérios e a que entidades concretas? Através de que mecanismos? Quem controla a sua aplicação? ----------

--- Ora, considerando que o Fundo de Solidariedade da União Europeia destinava-se essencialmente às autarquias locais afetadas pelos incêndios de 2017 e à reposição das infraestruturas municipais, o que foi de resto amplamente sublinhado pelo próprio Governo; --

--- Considerando que por força da retenção que o Governo decidiu para o Estado Central, o valor remanescente, dos 90.6 milhões de euros de apoio, do Fundo de Solidariedade da União Europeia, não se mostra suficiente para a cobertura total dos danos elegíveis pela CCDR, em virtude do montante disponibilizado ficar aquém do necessário, o grupo intermunicipal do PSD propõe e recomenda ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que interpele o Governo, no sentido de que devolva, via Orçamento de Estado, as verbas que se mostrem necessárias e suficientes para a execução de todas as despesas elegíveis e já contabilizadas, dos municípios afetados da CIMVDL". ----------

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a proposta de recomendação a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria.----------

--- -----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "Em primeiro lugar referir que as três moções aqui apresentadas, a meu ver, são muito importantes e nem nós nos devemos deixar condicionar pelos calendários dos vários órgãos sejam eles legislativos ou municipais, devemos sim, apresentá-las se achamos que é importante para a nossa região porque deixamos esse legado para que possam ser cumpridas. Portanto parabéns a todos os subscritores.----------

--- Também deixar uma palavra ao Deputado António Luís Ferreira e corroborar a sua posição em relação ao trabalho que tem sido desenvolvido na CIM Viseu Dão Lafões em relação ao sucesso educativo. Se há área onde a CIM foi de extrema importância foi ao nível da melhoria do sucesso educativo das nossas crianças. É só olhar para os vários indicadores e da forma como eles cresceram contrapondo com outras regiões que eram muito mais desenvolvidas que nós, e que conseguimos fazer um caminho de aproximação.----------

--- Penso, porém, que em outras áreas devemos dar também esse passo em frente. ----------

--- Mas quando em novembro de dois mil e quinze António Costa habilmente conseguiu os consensos necessários muitos foram aqueles que os "velhos do Restelo" que disseram que o Governo tinha os dias contados, que não passava de dezembro ou do primeiro ano. ----------

--- Penso que hoje é claro que Portugal está melhor! ----------

--- Mostrou que era possível devolver rendimento às famílias e que não estávamos destinados e empobrecer ou a emigrar. ----------

--- Mostrou que em democracia há sempre alternativas, que é possível honrar compromissos, consolidar a retoma financeira com a melhoria das condições de vida das pessoas. ----------

--- Teremos, no entanto, de melhorar! Continuar no rumo certo, continuar a consolidação orçamental, com a continuada devolução de rendimento às famílias. ----------

--- Temos que alterar as políticas ao nível do Interior. Portugal necessita de uma visão do território mais inclusiva e mais inteligente. Um Portugal que olhe para o Interior, não como um fardo, mas como uma zona de prosperidade.----------

--- A solução encontrada para o IP3 tem que ser replicada. Temos muitas outras vias de acesso a precisar de intervenção. Deixava aqui ao Senhor Presidente, se nos podia informar como está a questão da EN225 que há um ano apresentámos aqui uma moção pela requalificação urgente?

--- Como está também a requalificação da Escola Secundária de Castro Daire? ----------

--- É necessário, cada vez mais, existir uma discriminação positiva para o Interior, para as empresas e famílias do Interior. Isto deverá e poderá ser feito em sede de IRS, em sede de IVA, portagens, como aqui foi dito anteriormente, em reforço de verbas para os municípios do Interior. ----------

--- Em suma, deve haver um investimento substancial para o Interior." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve:----------

--- "Eu sei que teria um ponto onde este assunto está vertido, mas parece mais conveniente fazê-lo agora e como quero ouvir os dois Presidentes, sobre a transferência de competências, uma matéria que eu reputo de muito importante que é crucial para o futuro desta região,

embora se concorde ou não com o modelo, se estamos ou não perante aquilo que eu próprio defendo que é uma descentralização diferente. De qualquer maneira é um modelo com que fiquei com muitas dúvidas, corri os documentos todos e vi umas breves linhas, na página dezasseis em "Outras Atividades" em que vejo uma referência minúscula às transferências de competências. Eu no mínimo quando recebi a ordem de trabalhos pensei que haveria alguma referência para conhecimento. Isto tem a ver com a dignidade deste órgão. ----------

--- Eu entendo que este assunto é de extrema importância e como tal tive o cuidado de aprofundar e comecei a ter algumas dúvidas.Primeiro é se esta Assembleia Intermunicipal é ou não o órgão deliberativo a que refere a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto? Se o é porque não se pronunciou? Se não o é e não é necessário nem que seja para conhecimento, quem é o órgão deliberativo?----------

--- Por isso também achei estranho porque depois começamos a ter outras dúvidas. Ao aprofundar vi na Lei n.º 75/2013 onde vem o Conselho Metropolitano onde não há Assembleia é o órgão deliberativo e cheguei a outra conclusão no relatório de gestão que aqui temos nos órgãos sociais diz que a Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo, mas diz que o Conselho Intermunicipal é um órgão executivo e deliberativo. Para mim foi uma novidade. -----

--- Depois tive o cuidado de ir ver os estatutos desta CIM e aí é claro que a Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo e que o Conselho Intermunicipal é o órgão executivo. ----

--- Então fui ver um célebre despacho das transferências de competências da DGAL que é mais uma originalidade, é um despacho, que é um parecer jurídico com base num entendimento de um chefe de gabinete, ou seja, diz logo assim: "Na sequência de pedidos de informação apresentados de acordo com o entendimento transmitido pelo Gabinete do Secretário de Estado esclarece...". ----------

--- Voltando ao inicial diz que a CIM aceitou a transferência de competências e eu gostaria de perguntar, ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, se conforme aqui diz, a totalidade, se todas as assembleias municipais e todas as câmaras se pronunciaram e se a CIM aceitou estas competências.----------

--- E é este órgão ou não o órgão deliberativo da CIM, é ou não este órgão que deveria se pronunciar sobre a Lei n.º 50/2018, porque o que está aqui em matéria de competências diz respeito a todos e se nós temos a competência para aprovar planos e orçamentos as transferências de competências têm a ver com isto.----------

--- Mais, há áreas como a saúde e da educação são áreas que têm quer ser muito bem pensadas e discutidas e por uma dignidade deste órgão por aquilo que eu sinto e as dúvidas que eu tive gostaria de colocar as questões aos dois Presidentes".----------

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, para prestar o esclarecimento solicitado cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Eu julgo que o Dr. Mota Faria deve saber que, na minha Assembleia Municipal, me recusei a votar sobre esta questão das transferências de competências, porque isso desrespeitava os poderes que eu considero atribuídos à Assembleia Intermunicipal. ----------

--- Obviamente não estou de acordo que isto tenha sido feito desta forma e ainda pensei em convocar uma assembleia extraordinária, mas dado o panorama desta questão em que podíamos chegar ao ponto de votar num sentido e as assembleias municipais noutro, achei que não valia a pena.----------

--- Quanto à questão do relatório de atividades, a sua elaboração não compete a esta Mesa e é uma questão sim para o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Eu começaria exatamente pela última questão do Dr. Mota Faria. As instruções que nós temos da DGAL era que a delegação de competências era aprovada em Conselho, seguia depois para as assembleias municipais e se fossem aprovadas nas assembleias é que seriam efetivamente transferidas.----------

--- Foi este o trabalho que foi feito e algumas já foram aprovadas no Conselho Intermunicipal, outras não pois não houve consenso e depois seguiram para as assembleias municipais.---------

--- Contudo o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho irá complementar esta minha intervenção." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "De uma forma rápida e sobre esta questão da delegação de competências dar nota que a CIM seguiu todas as orientações emanadas de todas as entidades relativamente a todo o processo administrativo, não só da CCDRC, e como os Senhores Deputados devem entender houve obviamente muitas dúvidas relativamente a todo este processo, aos timings de decisão das assembleias municipais, dos conselhos intermunicipais e até à própria ordem de deliberação de cada um dos órgãos. Inicialmente até havia o entendimento que o Conselho Intermunicipal só se havia de pronunciar após a decisão de cada uma das assembleias municipais e, após uma

visita do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, numa reunião em Carregal do Sal, houve uma orientação emanada da DGAL relativamente a toda esta questão.----------

--- Portanto a CIM e os seus serviços e os vários órgãos seguiram todas as orientações que forma emanadas da DGAL e da CCDRC. ----------

--- Dar nota, também, que o processo que foi decidido pela CIM e a tramitação administrativa, pelo que eu conheço, foi igual às nossas congéneres comunidades intermunicipais. ----------

--- Nunca houve dúvidas que a competência da decisão, isso foi sempre muito claro, cabia ao Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões. ----------

--- O Conselho analisou as primeiras no domínio da captação de investimento, dos bombeiros, turismo e justiça e aceitou o exercício dessas competências com treze votos a favor e um voto contra do Município de Viseu. Outra coisa diferente é o exercício dessas competências já no início do ano de dois mil e dezanove, porque a lei é clara relativamente a isso e esperámos as decisões das assembleias municipais que se pronunciaram. Portanto a CIM aceitou, mas não as pode exercer já, porque para isso necessita cumulativamente da decisão unânime das catorze assembleias municipais. ----------

--- Posição diferente aconteceu na educação e saúde que o Conselho decidiu, por unanimidade, aceitar. ----------

--- O entendimento que sempre houve da CCDRC e da DGAL era que só haveria necessidade de ir à assembleia intermunicipal se o Conselho intermunicipal em dupla maioria decidisse que não aceitava receber essas competências. ----------

-- É um processo complicado e nós tivemos de facto muitas dúvidas até pelas questões do português do sim e do não. Se o Senhor Deputado Mota Faria quiser, a CIM fará chegar esses pedidos de entendimentos á tutela.----------

--- Aliás, partilhámos as nossas dúvidas com o Secretário de Estado sobre toda esta matéria". -

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve:

--- "Considerando o agravamento galopante da degradação física e das condições de segurança do IP3; ----------

--- Considerando os insuficientes níveis de reabilitação e requalificação verificados durante esta legislatura;----------

--- Considerando os níveis crescentes de sinistralidade da via, tendo sido já apelidada de "estrada da morte";----------

--- Considerando tratar-se, segundo a Infraestruturas de Portugal, de um corredor de elevada procura com níveis de tráfego muito intenso, agravado pela orografia e pela percentagem de pesados; ----------

--- Considerando, portanto, tratar-se de um troço rodoviário com níveis significativos de tráfego, más condições de segurança, elevada sinistralidade e fortes constrangimentos na ligação a uma região do Interior do País que ainda vai apresentando importantes níveis de atividade económica, industrial, agrícola e de serviços; ----------

--- Considerando que o Grupo de Trabalho para as infraestruturas de elevado valor acrescentado (IEVA) concluiu, em 2014, que a ligação de autoestrada, no percurso Viseu-Coimbra, era uma das duas obras rodoviárias mais prioritárias do país;----------

--- Considerando que o atual Governo suspendeu todo este processo da "via dos Duques", sem qualquer justificação técnica ou financeira; ----------

--- Considerando que esta é segunda vez que um Governo liderado pelo partido socialista cancela soluções em curso de Governos PSD-CDS; ----------

--- Considerando que o atual Governo cancelou o concurso do estudo prévio em curso (23 de junho 2015) para a "via dos duques", a um mês da sua conclusão, sem nunca ter explicado as razões da decisão; ----------

--- Considerando que a anunciada intervenção imediata do IP3 não é mais do que uma requalificação há muito prevista no plano de atividades da Infraestruturas de Portugal para recuperação do traçado inicial da via; ----------

--- Considerando que o Governo se prepara para anualmente atribuir cerca de 150 milhões de euros do Orçamento de Estado para financiar transportes públicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; ----------

--- Considerando que, segundo o Governo, a requalificação do IP3 é apenas de 138 milhões de euros (de encargos totais plurianuais); ----------

--- A Assembleia Intermunicipal da CIMVDL recomenda ao Presidente da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões que:----------

Solicite ao Governo o estudo ou as razões técnicas e financeiras, que fundamentaram a decisão política de abandono da "Via-dos- duques"; ----------

--- Sabendo que o projeto "via-dos-duques" teria como alternativa a requalificação integral do IP3, a alternativa não portajada e a conclusão do IC12, é fundamental que o Presidente da CIMVDL desenvolva todos os esforços para que a conclusão do IC12, entre Canas de Senhorim e Mangualde, integre o PNI2030;----------

--- Estando em fase de discussão e aprovação o PNI2030, não se concebe que a duplicação do IP3, anunciado pelo Governo, não conste das prioridades nacionais de investimento. Deve o Presidente da CIMVDL desenvolver todos os mecanismos para que o investimento integre as prioridades de investimento nacional em infraestruturas. Para tal deve exigir ao Governo que clarifique e estabilize um calendário que evidencie e comprometa todos os procedimentos concursais, no mais curto hiato de tempo, identificando e comprometendo, também, as fontes de financiamento, no Orçamento de Estado, para empreitada única através da Infraestruturas de Portugal. ----------

--- Aprovada esta recomendação deve ser enviada com conhecimento a todas as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia da circunscrição da CIMVDL, bem como aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro das Infraestruturas. ----------

--- Grupo Intermunicipal do PSD CIMVDL". ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: "Eu compreendo perfeitamente que o Senhor Deputado Pedro Alves e dado que partilhamos a mesma assembleia municipal sei o que pensa sobre estas questões. Contudo, eu gostaria de lhe dizer que sobre o IP3, e por isso não votaremos favoravelmente esta recomendação, porque há aqui muitas coisas que concordamos, mas depois desta mistura de recomendações não é possível concordar. ----------

--- Quanto ao IP3 até é um debate que me custa a voltar a entrar nele, quando todos nós sabemos que a Via dos Duques foi deixada pelo Governo por aquilo que é considerado um powerpoint e não havia financiamento nem cronologia do projeto e sendo assim para que estamos agora a voltar a uma temática sobre o IP3. ----------

--- Dada a minha experiência que provavelmente não será tanta como a do Senhor Deputado Pedro Alves, eu até era capaz de votar uma recomendação que fosse no sentido de que o IP3 tem uma solução encontrada, mas tarda a iniciar-se.----------

-- Sabemos perfeitamente que esta solução é a possível e a melhor no contexto atual. ----------

--- Estão aqui para além dos Independentes, Deputados do PS e do PSD e vou voltar a dizer algo que há dias disse na Assembleia Municipal de Viseu, nós temos que ter alguma atenção com isto porque para o bem e para o mal o PS, PSD e CDS governaram o país até agora. Não vale a pena andarmos aqui em discursos pré-eleitorais. Todos os que estiveram no Governo fizeram promessas que não cumpriram. Durante estes quarenta e cinco anos não conseguiram combater todas as assimetrias do Interior." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Custódio Rocha, cuja intervenção se transcreve:

--- "Apenas para dar uma nota sobre isto tudo que tem estado aqui a ser referido. Relativamente à EN16 Termas-Vouzela, é só para dizer ao Senhor Deputado que em dois mil e treze, o Secretário de Estado Sérgio Monteiro, disse num comício na Escola Secundária de São Pedro do Sul que ia ser feita, só que afinal nunca foi, não havia projeto, afinal não havia dinheiro".--------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve:----

--- "Muito boa noite a todos. Penso que percebi bem terá sido no ano de dois mil e treze, mas não terei percebi bem depois do que afirmado.----------

--- Gostaria de questionar o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, ou alguém na sala que saiba, para melhor avaliarmos as recomendações do Deputado Pedro Alves, sobre qual o aumento da sinistralidade que existiu no IP3 nos últimos três anos, em relação aquilo que era a média dos últimos dez.----------

--- Muito obrigado". ----------

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve:

--- "Fazer aqui um ponto da situação. São neste momento dezanove horas e vinte minutos e temos ainda o Senhor Deputado Vale de Andrade ainda inscrito e se me permitem eu vou dar uma informação e até dizendo ao Senhor Deputado Mota Faria que infelizmente como às vezes não conseguimos as informações todas e por isso por vezes tenho usado a qualidade de pertencer à Assembleia Intermunicipal para conseguir chegar a falar com algumas pessoas. ----

--- Parte da informação o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela tem conhecimento. Através de um velho amigo que esteve muitos anos ligado às Estradas de Portugal, eu consegui chegar à fala no sábado passado com o Instituto das Estradas de Portugal para duas questões sobre o IP3 e o que me foi transmitido é que a empresa que estava a trabalhar na concessão da obra abandonou-a, a seguir de várias tentativas de trespasse. --------

--- O processo relativo à requalificação entre Penacova e o Nó da Lagoa Azul já tem visto positivo do Tribunal de Contas. ----------

--- A terceira questão e que fica no nível a que me foi transmitida, o concurso para adjudicação dos estudos e projetos para a duplicação, apenas isto, está para o Tribunal de Contas. ----------

--- Esta é a informação que tenho e partilho convosco". ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve:

--- "A verdade é que o que o Senhor Presidente acabou de dizer aqui só traz preocupações, simplesmente reforça a existência desta moção. ----------

--- Comparativamente com o que se fez na legislatura anterior fez-se uma ponte. ----------

--- O que me preocupa aqui é que o projeto anterior previa a conclusão do IC12 e eu venho aqui reivindicar e solicitar ao Senhor Presidente da CIM que reivindique junto do Governo para que inclua a conclusão do IC12 entre Mangualde e Canas de Senhorim no Plano Nacional de Investimentos.----------

--- Não me silenciam nem a mim nem ao PSD. ----------

--- Se esta empreitada é assim tão importante como não está no Plano Nacional de Investimentos?----------

--- O que solicitamos é que se inclua e exista um cronograma exato como havia a Via dos Duques.

--- Enquanto uma já tinha uma parte feita, a ponte, e concurso aberto e lançado... Se há tanta vontade do Partido Socialista em ver isto lançado tem que o fazer. ----------

--- Com a duplicação do IP3 poderá a breve prazo estar em causa o partejamento e é a minha preocupação. ----------

--- E digo da mesma forma que disse no passado, não haverá requalificação da ferrovia, infelizmente temos razão.----------

--- Eu só peço aqui que o Senhor Presidente faça tudo para que nós saibamos o porquê da desistência, porque não tinha efetivamente nenhum custo para o contribuinte, os riscos eram todos para o privado. Só se o consórcio quisesse explorar a Via dos Duques para alimentar tráfego se exigisse a construção do IC37 entre Nelas e Viseu e assim seriam os únicos quarenta milhões de euros do Orçamento do Estado.----------

--- Estamos aqui a falar da nossa região. Não nos vamos perante esta situação.----------

--- Ainda sobre o que aqui foi dito em São Pedro do Sul, em dois mil e treze, eu também estava lá e ouvi. Se era para avançar de imediato com a obra de ligação às Termas de São Pedro do Sul tinha que haver um acordo tripartido entre as duas câmaras e o Governo e cada uma avançaria com quinhentos mil euros. O Senhor Presidente de São Pedro do Sul disse que nunca aceitaria isso, portanto só não avançou porque ele não quis esse acordo".----------

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a proposta de recomendação a votação, tendo a mesma sido aprovada com dezasseis votos a favor, quinze votos contra e seis abstenções.----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: --

"A minha intervenção é para reforçar as boas vindas a Vouzela. Em tempos tivemos quatro Deputados na Assembleia Intermunicipal e agora temos dois e por isso as nossas intervenções também são parcas. ----------

--- O que há a realçar é que aqui em Vouzela que é uma vila ancestral, belíssima e onde se cultiva um trabalho de cooperação e isto é muito fruto do empenho do nosso Presidente, Eng.º Rui Ladeira e também do nosso Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Telmo Antunes. ----------

--- As nossas assembleias municipais decorrem sempre em boa ordem, com muita eficácia. Nós não deixamos pontos por discutir, não prolongamos infinitamente as intervenções. ---------

--- Em relação ao espírito de colaboração e como este tema surgiu aqui, vou fazer a má prática como os Deputados da Assembleia Municipal de Viseu, que é trazer para aqui os temos das municipais, mas a ligação às Termas também foi tema na nossa assembleia. A petição que foi lançada por São Pedro do Sul e que desde logo Vouzela aderiu e tudo tem feito para que avance, mas na última assembleia municipal surgiu uma preocupação que nos foi transmitida. ----------

--- O curioso é que há muito poucos subscritores. As pessoas não estão preocupadas, não aderem. É nestas realidades que nós temos que nos focar, porque às páginas tantas, uma iniciativa que tem toda a razão de ser, que pode reforçar uma posição, pode ser um autêntico "tiro no pé". O Dr. Telmo Antunes já referiu que não tem custos, pode ser subscrita online, mas alguma coisa não está a passar para a população. ----------

--- Se houve tempos de discórdia também há pontos de convergência, mas a verdade é que os frutos foram poucos. ----------

--- Para concluir, Vouzela tem tudo! As nossas atas são sinónimo de como os trabalhos correm bem e também temos uma oposição, há liberdade, não há dúvida nenhuma. ----------

--- Vouzela é muito antiga e tem dois rios. O Presidente da República vem cá frequentemente e só o que nos falta é mesmo o dinheiro. ----------

--- Estas discussões sobre o IP3 são interessantes e podemos fazer as moções que quisermos até ao fim do mandato, mas desenganem-se que não há um "tostão" para fazer seja o que for".

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Iniciaria com algumas explicações sobre questões que aqui foram levantadas e começaria pela do Hospital Tondela Viseu. ----------

--- Como sabem e foi dito aqui, estivemos presentes numa reunião com a Senhora Ministra da Saúde que dividindo a situação e a reunião em duas partes, falámos primeiro na urgência do Hospital de Viseu e depois na parte oncológica. Sobre a situação da urgência aquilo que nos foi dito foi que é que não tinha ainda um prazo definido, está à espera do financiamento nacional.

--- Pedimos, de imediato, uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Tesouro à qual ainda não obtivemos resposta. ----------

--- Sobre a questão da parte oncológica a Senhora Ministra informou-nos que não havia projeto. Esta administração quando entrou não estava de acordo com o projeto que existia e parou a situação e parece que o novo projeto entregue até finais de maio.----------

--- Sobre a questão do IP3 e se me perguntarem também acho que a solução prevista não é a melhor, mas por vezes é melhor termos algo do que anda e o que eu sei é que aquela parte entre a Lagoa Azul e Penacova irá arrancar em breve, que será sempre uma incógnita. Sei também que foi lançado o concurso para a execução dos projetos dos outros dois troços, Penacova – Coimbra e Lagoa Azul – Viseu. É um consórcio de duas empresas que ganhou esse concurso e neste momento aguardam visto do Tribunal de Contas para arrancar com o projeto.

--- Nós CIM contratámos uma empresa para fazer o acompanhamento do projeto, isto é, para estarmos ao corrente daquilo que vai ser o projeto e nesse sentido até fizemos um protocolo com a CIM Coimbra para a mesma empresa fazer esse acompanhamento com as duas CIM's".-

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Paulo Almeida, cuja intervenção se transcreve:----------

--- Dizer-vos muito rapidamente que estive na semana passada na Assembleia da República, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, naquilo que se chamou a discussão do PNI2030, em representação da CIM e quero partilhar convosco algumas situações que nós colocámos. ----------

--- É evidente que o IP3 foi algo que foi por nós apresentado, defendido e também pela CIM Coimbra, reforcei a questão do IC12, pela importância, pelo desenvolvimento e competitividade que poderá trazer à nossa região. Falei também do IC37, da EN225, onde infelizmente tivemos um desabamento que interditou a totalidade da estrada.----------

--- No que se trata de vias dizer-vos que fiquei algo preocupado, porque foi afirmado pelo Senhor Ministro Pedro Nuno Santos que as estradas deixaram de ser prioridade para este país e que teria que haver um compromisso nacional para um todo do país. E é evidente que onde as estradas já estão feitas deixou de ser prioridade.----------

--- É evidente para esta região que temos troços de estradas nacionais que são fundamentais para que nos possamos desenvolver e nesse aspeto reforçámos enormemente esta questão. --

--- Fiquei também preocupado pela recente criação de um Conselho de Obras Públicas, pois também percebi que será este a dar alguma opinião técnica sobre a definição de prioridades e no âmbito da CIM vamos solicitar uma reunião a esse Conselho para também sensibilizá-lo nessa lógica.----------

--- Relativamente ao IP3 o Senhor Ministro fez silêncio sobre o assunto e isso deixa-me preocupado sobre o futuro". ----------

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado." ----------

--- Ordem do Dia ----------

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão do ponto de situação sobre as ações de reconstrução na sequência dos Incêndios de Outubro de 2017, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Relativamente a esta questão dos incêndios eu tive a oportunidade de partilhar com o Senhor Presidente da Mesa, que a entidade que deve de facto fazer este ponto de situação é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e portanto estão aqui presentes os Senhores Presidentes dos Municípios de Tondela e de Vouzela, que foram muito afetados pelos incêndios de outubro de 2017 e penso que eles muito melhor do que eu, e que têm acompanhado este processo muito de perto, poderão dar alguns esclarecimentos aos Senhores Deputados." ----------

--- Retomou a palavra ao Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "O que eu combinei com os serviços e o que solicito é que seja feita apresentação do site da CCDRC onde estão as informações e a Assembleia Intermunicipal tem o direito de pedir as informações aos outros órgãos e que as mesmas lhe sejam facultadas. ----------

--- Senhores Deputados, conseguem ver o site da CCDRC e além da questão das habitações há informação sobre o apoio às empresas. O site é atualizado diariamente." ----------

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão do processo de implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes públicos (PART), nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

"-- Fazer aqui um ponto de situação breve sobre o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes públicos, um enquadramento inicial e depois um ponto de situação do processo no território e na CIM.----------

--- Este é um programa de financiamento às Autoridades de Transporte, no âmbito do novo regime jurídico de transporte público de passageiros que tem a ver com uma redução tarifária, de um financiamento que é dado diretamente à CIM Viseu Dão Lafões para depois decidir onde é feita a aplicação dessa verba. O PART tem uma verba total do país de cento e quatro milhões de euros e a distribuição deste montante, segundo refere a portaria, foi ponderado pelo tempo médio de deslocações em transporte público de acordo com os dados apurados no Censos de 2011 e por um fator de complexidade dos sistemas de transporte nas áreas metropolitanas, sendo este de 1.9 para a Área Metropolitana de Lisboa e de 1.3 para a Área Metropolitana do Porto. ----------

--- Dar nota que relativamente ao PART e a este apoio na redução tarifária dos cento e quatro milhões de euros, que à CIM couberam seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e dois euros, sendo que tem que haver uma contribuição dos municípios que integram a CIM de 2,5%, sendo certo que essa comparticipação vai chegar a atingir 10% em dois mil e vinte e um. ----------

--- A portaria saiu em fevereiro para uma distribuição de uma verba que foi colocada à disposição das Autoridades de Transporte, para aplicar a partir de um de abril de dois mil e dezanove ou quando estivessem reunidas as condições nos territórios para o fazer. ----------

--- Tendo em conta este enquadramento, dar nota que a CIM iniciou logo todo o processo de implementação desta medida na região. O primeiro processo foi reunir com os operadores do território para poder fazer a negociação desta redução tarifária. ----------

--- A CIM iniciou, também, negociações com a Autoridade de Transportes do Município de Viseu, que gere o MUV, embora o município tenha delegado na CIM algumas linhas municipais que não fazem parte do contrato do MUV. A candidatura ao Fundo Ambiental foi submetida pela Comunidade Intermunicipal onde englobava a candidatura do Município de Viseu. É a CIM que arrecadava esse valor e depois distribui pelos operadores e que transfere também para o Município de Viseu. ----------

--- Relativamente à verba de distribuição do PART houve também a decisão política dos Presidentes de câmara, em sede de Conselho Intermunicipal, sobre onde se iria aplicar estes descontos e as propostas aprovadas foram de um desconto de 25% nos bilhetes simples e nos pré-comprados e um desconto de 20% nos passes desde que os mesmos não sejam já objeto de apoio para não haver duplicação de descontos.----------

--- A CIM reservou uma verba do PART para um projeto piloto de transporte flexível, de transporte a pedido, para implementar no território, porque a própria portaria do PART permitia não só o desconto na redução tarifária, mas também o aumento da oferta do serviço público de

transporte de passageiros. Portanto do montante de seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e dois euros, à Autoridade de Transportes do Município de Viseu coube cerca de cento e cinquenta e mil euros, à CIM cerca de quatrocentos e cinquenta e mil euros, sendo que trezentos e trinta mil euros serão aplicados na redução tarifária e cerca de cento e quarenta e mil euros no aumento da oferta do transporte flexível, do transporte a pedido que a CIM vai desenvolver. --

--- Quando se aplicaram estes descontos e sendo esta verba para aplicar desde abril até dezembro, uma questão que se colocou logo foi qual o valor que a CIM terá em dois mil e vinte e não houve qualquer resposta por parte da tutela no sentido de se dizer se era o mesmo valor ou que, eventualmente, este valor seria dividido em duodécimos e teríamos, para dois mil e vinte, três meses que faltam deste valor. Esta situação colocou logo algumas reservas na aplicação dos descontos na Comunidade Intermunicipal, no sentido de não estarmos muito ambiciosos, em não estarmos a fazer um desconto para depois no PART de dois mil e vinte sermos obrigados a reduzir os descontos. ----------

--- Uma questão que também considerámos muito importante foi não iniciar este processo à pressa, tendo a certeza que não iríamos perder nenhum valor, mas não podíamos começar este processo sem ter claramente fechado todos os acordos com os operadores de transporte da região. ----------

--- Foi isto que temos vindo a fazer, várias reuniões de trabalho com os operadores numa expetativa de celebrar acordos e contratos de operacionalização deste processo, não só operacionalização de reporting, de monitorização do PART, estamos a falar de auxílios de Estado, mas uma questão que para nós era muito importante e que também o gabinete jurídico que nos associa, termos que prever nos contratos com operadores que qualquer aumento de receita ou aumento de volume de negócios dos operadores por via de um Orçamento do Estado, fosse essa receita partilhada com a Comunidade Intermunicipal e com a Autoridade de Transporte. Aliás há vários entendimentos, até do Tribunal de Contas e do Tribunal Europeu relativamente a questões que se tratando de questões de incremento de receitas por via de auxílios do Estado, essa receita tem de ser partilhada. ----------

--- Este foi um processo de negociação difícil, dois operadores a meio do processo não quiseram assinar os acordos e a CIM não abdicou disso, de que todo o aumento de 12% acima dos valores de dois mil e dezoito a CIM não quereria qualquer valor relativamente a essa percentagem, seria aqui uma margem para que o operador pudesse incorporar algumas despesas por via da implementação do PART. Acima de um aumento da receita de volume de negócios de 12%, setenta por cento era para o operador e trinta por cento para a Comunidade Intermunicipal.

Tendo em conta a intransigência dos dois operadores em assinar os acordos, a CIM exerceu o seu poder enquanto Autoridade de Transportes e elaborou um regulamento de implementação do PART que foi publicado em Diário da República no passado dia vinte e quatro de abril e partir de um de maio está em vigor a aplicação da redução tarifária na região. ----------

--- Dar nota que depois da publicação do regulamento esses dois operadores já estão disponíveis para assinar o contrato com a Comunidade Intermunicipal, exatamente nos mesmos termos que prevê o referido regulamento. ----------

--- Este é o ponto da situação sobre o PART." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Paulo Catalino, cuja intervenção se transcreve: -----

--- "Se bem que percebi em relação aos seiscentos e vinte e um mil euros que nos foram atribuídos, fomos fazer essas opções de transporte público, mas se a opção tivesse sido canalizar toda esta verba para a redução no valor dos passes, qual seria a redução? Vimos que estaríamos a falar de uma redução de passes numa ordem de 20% e de 25%, tendo em conta esta opção que não estou a discutir em relação à opção do Conselho de fazer também algum investimento na oferta pública rodoviária, qual seria a redução? Se passaríamos de 20% e de 25% para ainda uma redução mais baixa que se poderia eventualmente aproximar da redução que foi feita nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Se percebi bem a questão do Senhor Deputado, se fosse a opção da CIM de canalizar toda a verba para a redução nos passes em detrimento dos pré-comprados, essa redução poderia atingir os quarenta e cinco por cento. Está subjacente também à própria portaria algum incremento no transporte público e as pessoas que normalmente não usam transporte público, começarem a utilizá-lo. Houve entendimento técnico relativamente a isto e fizemos também com estímulo nos bilhetes simples, os bilhetes pré-comprados e desta forma começar alguma fidelização na utilização do transporte público." ----------

--- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro de 2018 e o dia 15 de abril de 2019, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Penso ser exaustivo fazer-se uma presentação sobre a informação escrita, a qual os Senhores Deputados tiveram oportunidade de analisar e como tal fico à disposição para qualquer questão que queiram colocar sobra a mesma."----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Mota Faria, cuja intervenção se transcreve:

--- "Eu colocava duas questões. Em relação à proteção civil intermunicipal refere que uma de duas brigadas de sapadores florestais, quando a perspetiva era de três brigadas. Gostaria de saber se não teremos as três brigadas e quando começam a exercer funções. ----------

--- Depois voltava a uma questão que me preocupou e que para mim é crucial e que tem de ser clarificada, é uma questão institucional. O órgão deliberativo, quem é? Esta questão é institucional e tem de ser respondida, quem é o órgão deliberativo da Comunidade Intermunicipal. Desta questão advém outras questões nomeadamente na transferência de competências, da interpretação de quem é o órgão deliberativo.----------

--- Quero também dizer que é importante, e lamentar, que aquilo que era crucial para uma melhor informação, estar na página dezasseis sobre a delegação de competências, numa redação continua sem um realce, algo que é crucial para todos nós. Acho que todos nós gostaríamos de saber se a CIM está em condições, se tem os recursos, que desafios se colocam, como está o processo de transferências. Tudo isto são questões importantes que tinham que ser esclarecidas, eventualmente até para conhecimento devia vir na ordem de trabalhos. -------

--- Eu quando vejo a DGAL a responder com um entendimento de um Secretário de Estado, sinceramente eu tenho as máximas dúvidas e por isso apelava ao Senhor Presidente desta Comunidade que esclarecesse, claramente, quem é o órgão deliberativo, ou então temos de mudar os estatutos.----------

--- Eu tenho documentos que dizem que o Conselho Intermunicipal é o órgão deliberativo e executivo e tenho os estatutos desta Comunidade que dizem que não.----------

--- É uma situação crucial e compete ao Senhor Presidente da Assembleia esclarecer claramente este aspeto e por sua vez entender que a discussão desta matéria era importante e que devia ter por parte do Conselho Intermunicipal, por uma questão de respeito por esta Assembleia, devia ter um tratamento diferente e não um mero parágrafo em "Outras Atividades." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:

--- "No âmbito da informação escrita prestada pelo Conselho Intermunicipal, fala-se nas Ecopistas do Dão e do Vouga. Para além daquilo que lá é informado eu gostaria de saber como está a ser feita a manutenção da Ecopista do Dão, aquela que vai para além da reparação que adveio dos incêndios. ----------

--- Depois no que respeita à proteção civil a determinado ponto da informação fala-se na videovigilância inserido no POSEUR, com uma verba que lhe foi feita de aproximadamente três milhões de euros, dos quais 1,7 milhões são gestão da CIM. Eu gostava de saber algo mais sobre isto, mais pormenores." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve:

--- "A minha questão vai ao encontro ao aqui referido pelo Deputado Mota Faria e da questão estarem projetadas três brigadas florestais e neste momento falar-se em uma ou duas. Se está associado a isto o próprio investimento que a tutela fez e chamou as autarquias e também esse esforço. ----------

--- Depois ter sido projeto o que estava anunciado se houve a necessidade de se adequar o investimento e alterarmos aquilo que estava previsto quanto ao número de brigadas inicialmente previsto". ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Respondendo a algumas questões e aproveitando para responder a uma questão levantada pelo Senhor Deputado António Luís Ferreira, antes da ordem do dia, relativamente à reprogramação do Pacto do Portugal 2020, dar nota que o processo foi aprovado pela Comissão Europeia em dezembro último. A CIM já tem a sua reprogramação aprovada e feita a reafectação de algumas verbas de prioridade de investimento, nomeadamente as verbas do Fundo Social Europeu para FEDER nalguns casos e, portanto, aguardamos agora que sejam assinadas as respetivas adendas pelo Programa Operacional responsável para dar execução a esta reprogramação. ----------

--- Relativamente à brigada de sapadores florestais dar nota que a CIM aprovou no Conselho Intermunicipal a constituição de três brigadas e também definiu quais as bases de localização das mesmas, nomeadamente em Castro Daire, Sátão e Vouzela. Neste momento entrou a primeira brigada a funcionar no passado dia vinte e cinco de março, os primeiros catorze elementos e o líder da brigada, estando esta em formação e capacitação para poderem ir para o terreno. ----------

--- Dar nota que a segunda brigada já está aprovada pelo ICNF, por via do Fundo Florestal Permanente, estando a CIM no processo de recrutamento de recursos humanos, estando no terceiro processo de recrutamento. O primeiro para catorze lugares tivemos sete candidatos, no segundo procedimento concursal para catorze lugares só tivemos cerca de quinze candidatos e alguns perderam-se pelo caminho na fase de seleção. ----------

--- A CIM tem a segunda brigada aprovada e aguarda o recrutamento dos recursos humanos para os alocar à mesma. ----------

--- Para a terceira brigada ainda não abriu o aviso do Fundo Florestal Permanente para a candidatarmos, sendo certo que temos alguma expetativa neste concurso de recrutamento. ---

--- É este o ponto situação no âmbito das brigadas e dar nota, também, que a CIM já tem em funcionamento o gabinete técnico florestal, com uma técnica superior, desde o mês de fevereiro. Foi aprovado no Conselho o plano de ação das brigadas florestais, já realizámos reuniões de trabalho com os GTF's e uma das principais funções deste gabinete é fazer o planeamento ao nível intermunicipal dos GTF's. ----------

--- Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Mota Faria dar nota que a questão aqui colocada é jurídica. Por exemplo, o Secretariado Executivo é um órgão da CIM e também tem funções executivas. O Conselho Intermunicipal da CIM é um órgão executivo e deliberativo em função das matérias.----------

--- Tendo o Senhor Deputado referindo-se a uma questão institucional, a CIM e o Conselho Intermunicipal certamente irá colocar essa questão aos órgãos que tutela as comunidades intermunicipais e as autarquias, a CCDRC e a própria DGAL.----------

--- Relativamente a esta questão de delegação de competências dar nota que este processo foi muito discutido e colocou todas as questões à tutela, nomeadamente sobre todo o procedimento administrativo e quais os órgãos que tinham de ser consultados para a respetiva deliberação.----------

--- Referir que, se por ventura houver alguma desconformidade entre os estatutos e aquilo que é a lei, obviamente iremos trazer uma alteração relativamente a isso. ----------

--- No que concerne à informação escrita quero dizer ao Senhor Deputado Mota Faria que não houve qualquer desrespeito perante a Assembleia Intermunicipal dando nota da questão da delegação de competências. Eu acho que isso ficou notório com aquilo que o Secretário Executivo e o Conselho Intermunicipal fez, que foi sabendo que a deliberação, o objeto da deliberação sobre a aceitação ou não das competências, iria ser feito em sede de assembleia municipal de cada um dos órgãos, a CIM elaborou um documento circunstanciado, detalhado que dirigiu aos Senhores Presidentes das assembleias municipais, aos Senhores Presidentes de câmara, que penso que alguns Senhores Presidentes das assembleias municipais distribuíram para os Senhores Deputados. Esse documento contém o trabalho exaustivo desta Comunidade nas diversas áreas objeto de transferência de competências, nomeadamente na proteção civil, na promoção turística, na captação de fundos de investimento, na justiça e na educação. -------

--- Esse documento detalhado foi elaborado para auxiliar na votação em cada uma das assembleias municipais e fizemo-lo bem, cumprindo a nossa obrigação, revelando o respeito que temos por cada um dos órgãos desta Comunidade Intermunicipal. ----------

--- Relativamente à questão da manutenção da Ecopista do Dão e ao processo de reabilitação da Ecopista, dar nota decorreu um ano e meio desde os incêndios e de facto a Ecopista entre o traçado de Tondela e Santa Comba Dão, está completamente destruído, mas é preciso dar nota aqui que a CIM teve um ano, assim como todos os municípios, à espera que fosse publicada a portaria de Fundo de Solidariedade da União Europeia. Só foi publicada em setembro de dois mil e dezoito e só nessa altura é que houve capacidade para se lançar o procedimento concursal e a candidatura só foi aprovada em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezanove. ----------

--- Neste momento a obra está consignada, está no terreno e ainda sem visto do Tribunal de Contas, tendo em conta a celeridade que temos de ter do processo porque a despesa só é elegível até outubro de dois mil e dezanove.----------

--- Relativamente à manutenção da ecopista, de facto uma coisa nada tem a ver com a outra e esta é feita de uma forma normal, acompanhada pelos três municípios em reuniões de comissão de acompanhamento e é feita independentemente da reabilitação da ecopista, até porque são procedimentos concursais diferentes. ----------

--- Contudo temos aqui o Eng.º André Mota que também gere todo esse processo das empreitadas, nomeadamente as questões relacionadas com a Ecopista do Dão, que pode prestar algum esclarecimento relativamente à manutenção.----------

--- Relativamente à questão da videovigilância foi uma candidatura conjunta com a CIM Coimbra para aplicação na nossa floresta, num aviso convite lançado pelo POSEUR. A CIM fez a candidatura e está aprovada, a verba em matéria de fundos comunitários que está adstrita à CIM é a verba que a CIM tem para fixar estas câmaras de videovigilância. Fizemos esta candidatura com a CIM Coimbra porque são dois territórios que são fronteira e fizemos o estudo conjuntamente de implementação com as câmaras todas por causa do alcance das mesmas, dada a distância dos territórios. ----------

--- O que será feito de seguida é um procedimento concursal público internacional para escolha da empresa que irá implementar esses sistemas em cada um dos territórios. O Eng.º André que é gestor neste processo das câmaras de videovigilância no âmbito da proteção civil poderá dar mais algum esclarecimento de teor mais técnico se assim o entenderem." ----------

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: "O Senhor Deputado Mota Faria colocou-me uma questão diretamente e irei responder como

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal. Eu não tenho dúvidas que no âmbito das competências que está definido, que o órgão deliberativo da Comunidade Intermunicipal é a Assembleia Intermunicipal. Esta sofre de um problema que é comum à generalidade das assembleias: é que não é considerada ao nível que deveria ser e isto não é nenhuma crítica especial dirigida a ninguém. Hoje só nível que é executivo e imediato é que tem relevância pública na comunicação social e na atividade política e as Assembleias são entendidas como uma um lugar/órgão onde se leva uns documentos que é necessário ratificar. ----------

--- Esta é a ideia generalizada e eu dou um exemplo de falta involuntária de consideração pelo papel e poderes da Assembleia e da sua Mesa. ----------

--- Não é nada contra o Eng.º André ou contra o Dr. Nuno Martinho, que conheço desde muito jovem, sempre tendo uma excelente relação pessoal. O Dr. Nuno Martinho está a falar, no âmbito das suas funções e pede a um funcionário que intervenha sem pedir autorização ao Presidente da Mesa que é quem tem o poder para conceder ou retirar a palavra. Eu sei que não foi feito voluntariamente, mas isto traduz aquilo que é a realidade do sentimento generalizado que existe em relação às Assembleias órgãos, independentemente de considerar que a sugestão poderia permitir que o Eng.º André pudesse dar importante sobre essa informação adicional.--

--- Se formos ver o organigrama da CIM, o que está acima do Conselho Intermunicipal é a Assembleia Intermunicipal, o Órgão máximo da CIM e o seu órgão deliberativo. Mas mesmo não sendo jurista reconheço que existem algumas competências específicas deliberativas que estão consagradas na lei para o Conselho Intermunicipal e que este delibera sobre essas matérias em concreto. ----------

--- Sobre aquilo que são as competências deliberativas gerais da Assembleia, que vamos exercer a seguir sobre a prestação de contas que vêm aqui, na prática a nossa capacidade de análise e decisão sobre isto é praticamente nula. Penso que a Lei 75/2013, sobretudo no que diz respeito às CIM´s, tem muitas contradições, incongruências e insuficiências. ----------

--- Este é o meu entendimento claro". ----------

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Tendo em conta o adiantado da hora e considerando que muitos temas já foram aqui abordados nas várias questões colocadas no decorrer da Assembleia, os documentos remetidos são bastante exaustivos. O relatório de gestão é bastante detalhado, até com registo fotográfico das várias ações que a CIM desenvolveu durante o ano de dois mil e dezoito. ----------

--- Tendo em conta toda a informação na documentação que foi disponibilizada, eu não queria obviamente deixar de falar em dois ou três projetos que são importantes para o território, para a região e para os municípios.----------

--- Desde logo um primeiro tema relacionado com a Modernização Administrativa dar nota que neste âmbito a CIM continua a desenvolver um importante projeto que é o SIG Intermunicipal.

--- Um SIG que assenta em tecnologia opensource e opendata libertámos os municípios de software proprietário e é hoje o SIG da nossa região e dos municípios que é no fundo o principal layer de várias plataformas que têm vindo a desenvolver nomeadamente a Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal. ----------

--- Dar nota que o SIG Intermunicipal foi inclusivamente apresentado em novembro passado, como um caso de estudo da Direção Geral do Território num seminário anual que eles realizam.

--- No âmbito da Modernização Administrativa estamos a desenvolver um novo projeto, que está financiado no Pacto com algumas ações transversais nos municípios, desde logo, a faturação eletrónica, o orçamento participativo que vamos alargar a vários municípios, a questão do arquivo digital.----------

-- Continuamos com a nossa Central de Compras, que em termos de mobilização e de volume de negócios é das centrais de compras com valores mais significativos, e que permite poupanças administrativas. ----------

--- Dar nota, também, que continuamos com o nosso processo de formação, de capacitação dos técnicos da administração pública local e neste âmbito salientar que no Portugal 2020 ainda não houve um único aviso de concurso para financiar a formação e que a CIM está a fazê-lo sendo custeado pelos municípios. ----------

--- No âmbito da Promoção Turística e Atratividade do Território dar nota da sinalização turística de todos os percursos pedestres na nossa região que serão homologados pela Federação e relativamente a isso salientar que é uma estratégia que a CIM tem vindo a desenvolver paulatinamente no domínio do turismo de natureza, nomeadamente no walking e no cycling e integra a plataforma dos Portuguese Trails. ----------

--- É identificado, ainda, como um dos sete produtos âncora do Centro de Portugal onde está a Ecopista do Dão e a futura Ecopista do Vouga. ----------

--- Relativamente à Ecopista do Vouga dar nota que é uma aspiração e há muitos anos da nossa região e na última reunião do Conselho Intermunicipal foi aprovado o lançamento do procedimento concursal, numa obra que ascende os três milhões de euros que vai ligar em Viseu à Ecopista do Dão.----------

--- Referir, ainda, o processo da Programação Cultural em Rede, onde temos feito espetáculos com as estruturas culturais da nossa região pelos municípios, levando a cultura a diferentes públicos do nosso território.----------

--- Dois projetos que a CIM também candidatou mas que ainda não estão aprovados pelo Programa Valorizar: as "Aldeias da Serra do Caramulo" onde estão envolvidos os municípios de Tondela, Oliveira de Frades e de Vouzela e outro projeto que é o "Enoturismo na região demarcada dos Vinhos do Dão" em que a CIM conjuntamente com a CVR Dão, o Turismo do Centro de Portugal, coma AHRESP e com a Viseu Marca candidatou a este projeto que está ancorado, naturalmente, com as Rotas do Vinho do Dão. ----------

--- Ao nível da Proteção Civil Intermunicipal salientar o trabalho que temos vindo a desenvolver. A Plataforma de Emergência foi apresentada no passado dia vinte e dois de março, com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, em Tondela e que recebeu o prémio Cupernicus da Comissão Europeia.----------

--- Esta plataforma foi desenvolvida com a APA, o IPMA, em parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o ICNF, o Comado Territorial da GNR e é de facto um instrumento muito poderoso e de planeamento no teatro de operações. ----------

--- Instalámos catorze estações meteorológicas e uma estação hidrométrica e temos também um importante estudo que foi o da caracterização dos grandes incêndios florestais, nas últimas três décadas, que está presente nesta plataforma. Este estudo permite-nos avaliar o período de retorno dos incêndios e qual foi o caminho que percorreram. ----------

--- Reunimos, também, com os comandantes dos bombeiros da nossa região e pretendemos até ao final do mês de maio ter esta plataforma de emergência à disposição de todos os agentes da proteção civil.----------

--- A primeira brigada de sapadores florestais está em funcionamento embora numa fase de formação e de capacitação e o gabinete técnico florestal também já está a desenvolver o seu trabalho com os GTF's dos municípios e temos a candidatura de Sistemas de Videovigilância aprovada pelo POSEUR.----------

--- Na Promoção do Sucesso Educativo e já aqui por Senhores Deputados, o trabalho que a CIM tem vindo a desenvolver no domínio da educação e é importante dizer aqui que a CIM tem

denotado ao longo dos últimos anos estratégias em vários domínios temáticos, nomeadamente na saúde, na qualificação do mercado de trabalho e tem uma plataforma de cooperação institucional a funcionar em rede. ----------

--- Dar nota que não há nenhum projeto na CIM que não seja consensualizado com os municípios, com os vereadores e mais importante, não há projeto na Comunidade Intermunicipal que não seja consensualizado nas diversas redes temáticas. Dou um exemplo da Rede da Coesão Social em que a CIM, em janeiro último, realizou um Seminário da Coesão Social em Viseu Dão Lafões, em que assinou um compromisso com várias entidades onde definimos três projetos âncora para alavancar a outros projetos já existentes e que são elaborados pelas entidades, nomeadamente na área dos cuidadores informais, no domínio da saúde mental e da demência e um das Famílias de A a Z.----------

--- O projeto da Rede de Educação feito com os agrupamentos de escolas, as escolas profissionais definimos os projetos e os eixos intermunicipais. Neste domínio temos os vários intervenientes temáticos, as diversas equipas multidisciplinares a funcionar nas escolas, sendo que a capacitação técnica está e ser dada na CIM. ----------

--- No próximo ano letivo vamos desenvolver um projeto no domínio da Ciência, Tecnologia e Sociedade e no domínio do Pensamento Crítico que está a ser desenvolvido com os centros de formação de professores da nossa região, com os agrupamentos de escolas e com os vereadores da educação.----------

--- Relativamente ao Sucesso Educativo referir o projeto Sensibilização para a questão das Alterações Climáticas também a iniciar no próximo ano letivo. ----------

--- No que respeita à Mobilidade e Transportes e já falei aqui no PART, dar nota que o procedimento concursal ainda não foi lançado o concurso público internacional para escolha do serviço público de transportes, mas está fechada a rede municipal e intermunicipal com cada um dos municípios e está também consensualizado o acordo de financiamento.----------

--- Ao nível do trabalho do Organismo Intermédio, que foi a razão principal da criação da Comunidade Intermunicipal e onde continuamos a gerir vários projetos dos municípios, tivemos o processo do SI2E. Este processo foi muito complicado em todo o país tendo em conta o volume de candidaturas, onde aprovámos cerca de setenta candidaturas com um valor FEDER aproximado de 6,5 milhões de euros, um FSE de cerca de seiscentos mil euros e com cerca de cento e setenta e seis postos de trabalho criados no território.----------

--- Ao nível das contas da Comunidade Intermunicipal e relativamente à questão patrimonial, económico e financeira não há nada de muito a registar. O ativo em termos de balanço ascende

acerca de 1,6 milhões de euros e temos a inclusão a nível de uma rubrica que são as imobilizações em curso. ----------

--- Em termos de funcionamento e custos com a aquisição com os serviços externos continuam a ter uma expressão significativa pois a CIM trabalha muito a nível de projetos e tem que recorrer a outsourcing e são verbas que estão financiadas por fundos comunitários. ----------

--- Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa a CIM tem a mesma questão de sempre que tem a ver com algum nível de execução baixa das suas Grandes Opções do Plano e isto deriva, muito, dos projetos financiados por fundos comunitários e muitos deles estão dependentes das aprovações dos projetos, de reprogramações financeiras, por exemplo na Modernização Administrativa ainda não tem aprovação dessa reprogramação para começar a executar algumas atividades. Outra questão é na altura da submissão das candidaturas uma das condições é estar registado do lado da despesa as várias rubricas orçamentais. ----------

--- O saldo de gerência ronda os duzentos e oitenta e três mil euros e solicitamos, num ponto a seguir, para incluí-lo através de uma revisão orçamental. ----------

--- Para concluir, a questão da Universalidade da Assembleia Distrital de Viseu que está relacionada com a inclusão do valor das quotizações em dívida dos municípios e na última prestação de contas a esta Assembleia apresentada foi dado nota que foi pedido de parece à Secretaria de Estado da Administração Local e que tínhamos estado numa reunião com o gabinete jurídico do MAI e até à presente data não obtivemos qualquer resposta. As coisas não mudaram, houve sim, uma deliberação do Conselho Intermunicipal e que está transcrita no documento do anexo ao balanço de demonstração de resultados que, de uma forma genérica, diz que foi ordenado ao Secretário Executivo que encete as diligências necessárias para interpolação extra judicial aos municípios, nomeadamente enviar para cada um deles o valor em dívida da quotização da Assembleia Distrital de Viseu. Em caso de frustração destas diligências que seja promovido o desencadeamento dos procedimentos judiciais para que o TAF de Viseu se pronuncie sobre a exigibilidade ou não dessas mesmas dívidas. ----------

--- Em relação ao patamar contabilístico desta situação dar o conforto aos Senhores Deputados que a CIM tem um parecer, que é o único que teve até esta data, da Comissão de Normalização Contabilística que é a única entidade que em Portugal tem competências para dar pareceres de matérias contabilística, e que foi a DGAL que remeteu para esta comissão se pronunciar, e de facto o parecer diz que estas ativos, havendo dúvidas sobre a sua exigibilidade, não deve estar presente no ativo, mas sim no anexo ao balanço e à demonstração de resultados. ----------

----Portanto relativamente a esta matéria não há nada a acrescentar, sendo que houve uma reunião de trabalho com alguns autarcas dos outros municípios que fazem parte da Assembleia Distrital de Viseu, nomeadamente o Senhor Presidente da CIM Douro e estamos a tentar a avaliar algumas situações para vermos de que forma também solucionar esta questão.----------

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Mota Faria, cuja intervenção se transcreve:

----"As contas como alguém disse não são meramente contas e têm problemas jurídicos e também políticos e por isso tem que haver alguma coerência de quem levanta as questões. Por isso, atendendo aos motivos que levaram às tomadas de posição anteriores sobre os documentos de prestação de contas e que se mantém, ou seja, em concreto é uma parte do ativo da CIM que não está nas contas e irei votar contra os documentos de prestação de contas, como não podia deixar de ser e conforme o Município de Viseu, que na reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal de dezassete de abril também votou contra.----------

----Por isso isto é uma questão de coerência, o problema que temos aqui é jurídico, político e também de conta de gerência em que tivemos o conforto do Secretário Executivo a dizer-nos que da parte dos procedimentos contabilísticos está tudo bem". ----------

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve:

----"Começarei exatamente como terminou o Senhor Deputado Mota Faria, em relação ao parecer que foi dado e o nosso Secretário Executivo nos deu conta. É de facto a melhor prática, porque estamos a falar de ativos. Se há dúvidas sobre a existência do ativo, não devemos considerar dentro dos ativos que a CIM tem. Virão por anexo e com explicação, mas como não há certeza da sua existência, é evidente que esta é a melhor prática, é uma prática cautelosa.--

----Em relação ao que ouvi sobre o acervo da Assembleia Distrital, segundo percebi e simplificando, no fundo o que é feito apologia é que se faça uma interpelação a todos os municípios para pagarem aquilo que for informado em relação às contas e se eles não cumprirem é acionado um processo em tribunal.----------

----Agora a questão também é quem delibera para acionar a ação em tribunal? A questão não é simples".----------

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:

---- "Eu tenho que ser coerente também com a minha intervenção do ano passado e realçar aqui as diligências feitas pelo Conselho Intermunicipal e pelo Secretário Executivo relativamente a este assunto, que não é fácil do ponto de vista jurídico e nem político, mas que para mim já é mais fácil a nível contabilístico.----------

----Teremos o tribunal a decidir uma questão política e teremos decisão daqui a uns dez anos porque é o prazo médio de resposta do TAF.----------

----Peço ao Dr. Mota Faria e colegas que guardem as declarações de voto pois serão necessárias para o ano e anos futuros.----------

----Por mim, como se vai entregar a questão ao tribunal a questão política está resolvida por ora e apraz-me registar isto.----------

----Quanto ao documento em si de prestação de contas e da atividade da CIM também tenho que ser coerente com a minha intervenção do ano passado. ----------

----Não podemos resumir a atividade da CIM apenas a esta questão da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu e por isso não posso deixar também de elogiar o Secretário Executivo e o Conselho Intermunicipal por todo o trabalho desenvolvido durante este ano. -----

----Aproveito, também, para felicitar o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, que viu este ano o seu mandato ser legitimado junto dos seus pares e desejar-lhe os maiores sucessos no desempenho do seu cargo". ----------

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:

----"Para engrossar a fileira dos coerentes e justificar a minha abstenção neste ponto. ----------

----De facto, não está em causa a correção das contas, mas está em causa notificações e não posso deixar de felicitar a CIM pelas diligências feitas.----------

----De qualquer forma como se mantém a questão contabilística e também porque foi eleito pela Assembleia Municipal de Viseu para o representar aqui, votarei contra a prestação de contas."----------

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve:

----

----"Eu também tenho sido um dos críticos deste ponto, todavia apraz-me registar esta evolução muito positiva por parte do Conselho Intermunicipal. O meu receio quando comecei a colocar este ponto em causa era que a forma como estava a ser contabilizado pudesse levar a um esquecimento. ----------

----O que assistimos neste momento é que a verba em si está mais explícita e não há qualquer dúvida sobre isso. Agora o critério adotado para mim, do meu ponto de vista, o menos relevante.

----Para mim, as contas transmitem todo o património da CIM, todas as atividades desenvolvidas pela CIM durante o ano de dois mil e dezoito e por isso votarei favoravelmente.----------

----Espero que efetivamente se dê continuidade a este despacho e que a situação avance porque é importante que se chegue a uma decisão".----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: ----------

"Propositadamente fiquei para o fim e compreendo perfeitamente as coerências. Penso que houve coisas que evoluíram, sei que o problema não é fácil de se resolver. Do ponto de vista contabilístico verificamos uma evolução positiva. ----------

--- O meu voto favorável e da nossa bancada eu direi que não é um voto com total consciência tranquila, porque se do ponto de vista contabilístico há aqui uma evolução, há aqui coisas que estão por resolver. ----------

--- Do ponto de vista político, a imagem que se está aqui a passar não me deixa muito tranquilo. O Secretário Executivo está aqui a fazer um esforço meritório, que extravasa, a meu ver, aquilo que era exigível, porque muito problema que está aqui é de ordem política. ----------

--- Todos estão a tentar empurrar a situação e compreendo os que se sentem constrangidos com a situação, mas vai sendo tempo de isto ter uma solução política diferente. Quanto mais tempo passa, começo a sentir que a solução irá implicar algumas coisas que os autarcas não gostariam de se ver confrontados, que é por exemplo com o que se prende com aprovação de contas municipais que não contemplam aquilo que estamos aqui a discutir. ----------

--- Por isso digo que votarei favoravelmente, mas isto já é abusar da paciência e tem que haver uma decisão política rapidamente". ----------

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções. ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. ----------

--- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "É uma revisão orçamental para fundamentalmente inclusão do saldo de gerência e aproveitámos para incluir algumas verbas de candidaturas recentemente aprovadas e que lançámos do lado da receita e dotar algumas rubricas que estavam subdotadas em orçamento ordinário." ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:

--- "Aquilo que eu vou pedir, devia vir junto com a documentação e não veio e isto prende-se com aquilo que o Senhor Presidente da Mesa disse e que subscrevo na íntegra. ----------

--- Eu queria algumas explicações para as alterações que esta revisão implica, pois os números são apresentados sem nenhuma explicação". ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Se o Senhor Deputado me disser qual é a rubrica que tem dúvida eu posso esclarecê-lo. ---

--- Do lado da receita dar nota que a CIM fez uma atualização do valor de aprovação da candidatura dos Sistemas de Videovigilância.----------

--- Como disse há pouco foram feitos alguns ajustes à rubrica de despesas com pessoal. Nas rubricas de bens e serviços também foram feitos ajustamentos em função das novas previsões da execução do orçamento ordinário. ----------

--- Foi feito um ajuste no valor da execução da Ecopista do Dão. ----------

--- São estes ajustamentos de uma forma genérica que são feitos em termos das Grandes Opções do Plano".----------

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. ----------

--- Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** – Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 15 de novembro de 2018 e 5 de abril de 2019, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de dezembro de 2018, de acordo com a Informação de Serviço nº 188/2019, de 8 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21 de Fevereiro. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ----------

--- "Isto é uma informação que vem sempre à assembleia intermunicipal e cada um dos Senhores Deputados nas suas assembleias já devem estar habituados. ----------

--- É a listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da aprovação genérica da Assembleia Intermunicipal e temos os que foram assumidos entre a última e esta Assembleia e

uma outra listagem com compromissos que por força da execução física e financeira se transformaram em plurianuais." ----------

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma. --------